

Ata da 36ª Reunião do Conselho Municipal de Política Cultural

Aos 19 dias de fevereiro de 2019, às 17h, no Teatro Gregório de Mattos, equipamento administrado pela Fundação Gregório de Mattos (FGM), realizou-se a trigésima sexta reunião do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), cuja pauta continha os seguintes itens: 1) Informes: Informes sobre os editais Prêmio Samba Junino e Viva Cultura; Material de comunicação para a Mobilização Territorial e Consulta Pública para o PMC; 2) Definição do representante do CMPC para acompanhar a comissão de avaliação e seleção do Prêmio Samba Junino; 3) Validação do documento final do PMC para Consulta Pública e 4) O que ocorrer. Os Conselheiros Titulares presentes foram Angelice Batista dos Santos (Patrimônio Material e Imaterial); Carlos Santos da Luz (Dança); Eduardo Lopes dos Reis (Pau da Lima); Eduardo Nascimento Matos (Circo); Eliaide Matos Cardoso (Cabula/Tancredo Neves); Elias Pereira dos Santos (Culturas Identitárias e Inclusivas); Elismar Carvalho Lima (Audiovisual); Etenoel Santos da Cruz (Cultura Popular); Evandro Ramos dos Santos (Cidade Baixa); Isabela Fernanda Azevedo Silveira (Teatro); Jadson Santos do Nascimento (Cajazeiras); Joelice Ramos Braga (SMED); Leonardo Vicente Pereira (SEFAZ); Marcos Luís Silva Argolo (Música); Paulo Hermida Gonzalez (Casa Civil); Salete Batista Araújo Silva (Centro/Brotas) e Washington Luiz Lopes (Barra/Pituba). Os Conselheiros Suplentes que compareceram foram Mariângela de Matos Nogueira (Literatura) e Cristian Cardoso de Souza (SECULT) na condição de titulares e Uelinton Correia do Nascimento (Pau da Lima); Rita de Cássia Sales dos Santos (SMED). O Presidente Etenoel Cruz iniciou a reunião e passou a palavra para a Assessora Estratégica de Gestão da FGM, Viviane Ramos, para dar o primeiro informe. Ela informou que o edital Prêmio Samba Junino teria as inscrições finalizadas às 23h59 daquele dia, mas as inscrições seriam prorrogadas pelo fato de terem sido feitas poucas inscrições, sendo que a prorrogação havia sido publicada no Diário Oficial do Município daquele dia e duraria até o domingo seguinte à reunião. Informou que enviaria o *card* de divulgação por Whatsapp para os Conselheiros compartilharem nas suas redes para os seus pares. Em seguida, Viviane Ramos informou que as inscrições para o edital Viva Cultura foram abertas no dia 31 de janeiro, um edital que utiliza a lei de incentivo e é de fluxo contínuo, sendo que neste ano foram disponibilizados para renúncia fiscal cinco milhões e setecentos mil reais, então até que finde o recurso que será utilizado pelos agentes culturais, o edital segue aberto, inicialmente até 31 de outubro ou até o recurso ser esgotado. Comprometeu-se também a enviar o *card* de divulgação aos Conselheiros. Depois, a Assessora da FGM informou que foi inserida no material de comunicação voltado para a mobilização territorial e consulta pública para o Plano Municipal de Cultura (PMC) a logomarca do CMPC, conforme foi solicitado na reunião anterior, e houve algumas alterações na diagramação das imagens, sendo que o conteúdo seria finalizado porque a FGM precisava passar as informações para a Secretaria de Comunicação (SECOM). Esclareceu que a FGM estava avaliando a questão dos encontros presenciais, pensando em um formato em que as pessoas possam ter mais tempo de informações sobre o Plano, sendo que, ao invés de passar apenas uma tarde em cada Prefeitura-Bairro, contratar monitores que

fiquem uma semana em cada Prefeitura-Bairro para atender as pessoas e fazer o que seria feito em apenas uma tarde em três horas, que seria explicar sobre o PMC, falar da importância do documento, explicar sobre o sistema de contribuições, informar as pessoas como elas podem ter acesso ao sistema e contribuir, definir o Plano de Cultura. A ação consistiria em contratar os monitores, qualificá-los e a Assessora disse que a FGM estava verificando se entre os credenciados já havia pessoas que passaram por essa qualificação junto à Escola de Administração da UFBA, sendo que alguns nomes já foram identificados, assim os agentes culturais terão acesso a essas pessoas durante uma semana inteira. O presidente reforçou que seria uma equipe fixa que estaria atuando durante uma semana para ajudar os grupos e auxiliar durante o processo, independente dos Conselheiros, que têm uma agenda. Disse que os Conselheiros irão mobilizar e teria uma equipe para dar auxílio a quem chegar na Prefeitura-Bairro para adquirir informações e tirar algumas dúvidas que de repente não possam esclarecer. Viviane Ramos complementou que, pensando na estratégia de mobilizar mais e conseguir uma ampla divulgação, a FGM avaliou que o período do aniversário da cidade, com a realização do Festival da Cidade, que acontece sempre no final de março, tiraria um pouco o foco da mobilização para o Plano, então, estavam pensando em fazer esse trabalho de 1 a 12 de abril, duas semanas para cobrir os territórios. Explicou que no dia 15 de março vai fazer a convocatória e destacou que é preciso divulgar amplamente esse momento. Informou que a Consulta Pública será feita de 1 a 30 de abril, sendo que antes disponibiliza o documento para conhecimento e o sistema abre no primeiro dia da jornada. O Presidente considerou a iniciativa da FGM bacana porque os Conselheiros vão cuidar da mobilização das pessoas, grupos culturais e mestres da região e teria uma equipe da Prefeitura-Bairro que poderá dar um suporte mais técnico sobre o Plano e esclarecer algumas dúvidas que eles não possam elucidar. Disse que até aquele momento foi uma das maiores estratégias de mobilização. Viviane Ramos disse que estavam pensando em uma efetividade maior e a mudança da data era para ter uma divulgação mais focada e melhor e não competir com os eventos grandes da SALTUR. Uelinton Nascimento disse que é muito montar uma equipe para ficar durante uma semana na Prefeitura-Bairro e sugeriu que fosse avaliado o período de três dias, que já são suficientes. Destacou que há grande demanda das comunidades nas Prefeituras-Bairros e às vezes não se encontram salas para o período de uma semana e lembrou que seriam utilizadas peças de divulgação. Evandro Ramos perguntou se o processo de divulgação seria feito exclusivamente na Prefeitura-Bairro junto à comunidade. O Presidente respondeu que na reunião anterior o Conselho recebeu uma pessoa que explicou as estratégias de comunicação e explicou que o material seria disponibilizado nas Prefeituras-Bairros, para os Conselheiros, nas redes sociais de modo amplo para que todo mundo possa ter acesso e possa ajudar a construir, ou seja, a Prefeitura-Bairro seria um ponto de encontro para que as pessoas possam esclarecer dúvidas e disponibilizar um computador para que se possa fazer uma contribuição, caso alguém não consiga abrir em casa, ter um profissional qualificado que possa abrir o sistema para ela, e ressaltou que a Prefeitura-Bairro é um local público que teria que ser utilizado. Evandro Ramos mostrou dúvidas sobre a diferença entre o início do atendimento nas Prefeituras-Bairros e o aniversário da cidade. Viviane Ramos reforçou que a mobilização nas Prefeituras-Bairros será realizada no dia 01 de abril, após a

realização do Festival da Cidade. Esclareceu que um monitor estará disponível durante uma semana para atender quem chegue, ou seja, assim como as Prefeituras-Bairros atendem as demandas de saúde, serviço de atendimento ao consumidor, vai ter uma pessoa da área de Cultura, que vai atender quem quiser tirar dúvidas sobre o Plano. Ressaltou que o papel da Prefeitura, FGM e CMPC é fazer com que as pessoas saibam que existe um monitor disponível para tirar as dúvidas, explicar sobre o Plano e o sistema, e que não seria mais realizado um evento de quarenta pessoas de uma vez nas Prefeituras-Bairros para explicar sobre o PMC durante três horas, mas uma pessoa vai ficar lá durante uma semana para atender o pessoal que chegar. Evandro Ramos perguntou se o material de divulgação estava em curso, Viviane Ramos respondeu que o conteúdo estava sendo preparado para que pudessem imprimir cartazes, folders, panfletos e banners, de acordo com o que já haviam planejado. O presidente disse que a contribuição para o Plano não era só no período que Viviane Ramos estava falando, a consulta online ficaria aberta em todo o mês de abril, sendo que a função dos Conselheiros seria tentar ampliar cada vez mais o acesso das pessoas e diminuir as dificuldades que as pessoas possam ter naquele território sobre como entrar no sistema e como entender o que é o Plano. Ressaltou que depois que o monitor sair da Prefeitura-Bairro o Plano estará aberto o mês inteiro para que as pessoas possam contribuir. Deu um exemplo de uma mobilização que pode ser feita pelos Conselheiros nos territórios por meio da solicitação de uma sala em uma escola ou em uma Prefeitura-Bairro e mobilizar trinta agentes, sendo que o monitor vai estar lá e cada pessoa presente poderá ser um multiplicador do assunto e as pessoas terão ideia de como entrar no sistema e facilitar tudo isso. Defendeu que era apenas uma estratégia para se ter mais corpo dentro da cidade e diminuir as dificuldades. Lembrou que houve oficinas que os Conselheiros participaram, portanto eles já sabiam como fazer e como entrar no sistema, mas a cidade não participou disso, então vão ter dificuldades e para diminuir as dificuldades foi criada essa estratégia. A consultora Kátia Costa disse que era um prazer estar participando daquele processo e complementou a fala de Viviane Ramos dizendo que se observassem todo o processo, ele é complementar, pois todas as ações e atividades que estavam sendo desenvolvidas era no sentido de tornar cada vez mais o Plano como fruto de uma discussão ampla, o que aconteceu durante o processo de construção de metas, sendo que terminaram o ano com um documento muito pautado em cima das discussões temáticas que foram feitas, acatando as contribuições, assim como foi feito a partir das contribuições da consulta. Ressaltou que ao longo do processo algumas mudanças foram feitas porque o próprio processo foi demonstrando a necessidade de se criar novas estratégias com as quais efetivamente conseguissem obter resultados. Ressaltou que todos sabiam que cem por cento da população não iria participar, mas se cada atividade tiver a noção de amplitude, melhor. Disse que a ideia de se ter uma semana com um monitor é muito interessante porque a FGM terminou ampliando a grade da estrutura para facilitar a participação. Retomou a fala do Presidente de que o próprio Conselheiro representante territorial e setorial pode mobilizar seu setor e pessoas, identificar pessoas que tenham dificuldade de acesso à plataforma e o monitor estará lá exatamente para isso, vai ser uma pessoa formada, qualificada para explicar sobre o que é o Plano e assessorar. Destacou que isso é importante porque durante esse processo a consulta pública vai estar

correndo e o mais importante é que as pessoas saibam como participar da consulta. Pediu aos Conselheiros que não ficassem tímidos enquanto representantes territoriais e setoriais e estimulou-os a mobilizar, utilizar os grupos de WhatsApp e divulgar a agenda e toda programação porque depois que o documento sair da sociedade civil ele não poderá ser mais mexido. Depois que for entregue, as contribuições serão analisadas e incorporadas àquilo que o órgão gestor de Cultura vai poder executar e que esteja diante da sua capacidade de gestão orçamentária, mas o registro fica. Destacou que depois disso é realizado o processo de validação do documento final, que é enviado ao Prefeito, depois à Câmara de Vereadores para ser aprovado, então é muito importante que, depois de todo trabalho técnico que foi feito com a participação do CMPC e da Comissão, a última etapa de participação realmente ganhe força para que se possa ter um documento final bem bacana. O Presidente observou que já estavam presentes na reunião dezesseis Conselheiros Titulares, por isso poderiam discutir os pontos de pauta da reunião. Observou que a FGM sempre convida membros do Conselho para serem fiscalizadores dos editais, sendo que estava chegando o edital Samba Junino e aquele era o momento de escolher o representante. Perguntou se alguém se colocava como candidato para fiscalizar o edital Prêmio Samba Junino. Washington Lopes ressaltou a importância de se ter uma semana com a atuação dos monitores nas Prefeituras-Bairros porque existem territórios grandes, sendo que o que ele representa - Barra/Pituba – é muito grande e com uma abrangência cultural muito grande, pois envolve Barra, Engenho Velho da Federação, Nordeste de Amaralina, Vale das Pedrinhas, Vasco da Gama, Alto das Pombas, assim, defendeu que uma semana seria o tempo ideal para a mobilização. Em seguida, o Presidente perguntou se ele se colocava como candidato para acompanhar a comissão de avaliação e seleção do edital Prêmio Samba Junino e Washington Lopes respondeu que ele havia acompanhado no ano passado e disse que achou muito importante, o trabalho da FGM foi muito transparente. Disse que não encontrou dificuldades, mas tinha falta de conhecimento, pois ele achava que seria um membro para constituir o projeto, mas não é isso, o Conselheiro é um fiscal da comissão do projeto, portanto não há espaço para a fala. Disse que adquiriu conhecimento no ano passado e estava se propondo neste ano novamente. Eduardo Reis perguntou se ele se candidatasse e ele não pudesse comparecer na reunião da comissão poderia ser substituído pelo suplente. Viviane Ramos respondeu que as reuniões estavam prevista para semana entre 18 e 22 de março, e pediu que os representantes se agendassem. Explicou que havia um prazo de dez dias para se reunir, publicar o resultado, mas pelo quantitativo de projetos inscritos e pela experiência do ano passado, possivelmente em duas ou três reuniões o trabalho seria feito. Declarou que o Conselho poderia eleger um titular e um suplente. O Presidente lembrou que continuavam abertas as inscrições para o edital Prêmio Samba Junino, que se encerrariam naquele dia e foram prorrogadas para o dia 24 de fevereiro. Eduardo Matos refez a pergunta se, caso ele não pudesse comparecer, o suplente dele poderia representá-lo. O Presidente respondeu que não, os representantes titular e suplente deveriam ser eleitos pelo pleno. Eduardo Reis disse que estava com a agenda apertada e poderia correr o risco, por isso se preocupou antes em informar porque pode acontecer de ele não poder no meio da semana. O Presidente disse que não tem trabalho nenhum ser fiscal, o Conselheiro poder

participar e contribuir, declarou que foi fiscal da comissão de avaliação e seleção de um edital, participou, fez algumas observações no que foi possível, contribuiu, viu que o processo foi todo legítimo. Disse que os membros da sociedade civil se queixam muito sobre os processos e quando participa de um edital e vê como é, acaba aprendendo um pouco e desmistificando. Eduardo Matos sugeriu que Washington Lopes fosse o titular e Eduardo Lopes fosse o suplente. O Presidente submeteu os dois nomes à votação do pleno e eles decidiram os representantes Washington Lopes como o titular e Eduardo Lopes suplente para acompanhar a comissão de seleção e avaliação do edital Prêmio Samba Junino. Em seguida, Viviane Ramos informou que apresentaria naquele dia o documento final do PMC para Consulta Pública, mas ele não havia ficado pronto, pois estavam incorporando as contribuições do CMPC e estava sendo feita a análise técnica de viabilidade, identificar o que já havia sido contemplado ou não e o que poderia ser reformulado. Informou que, como estavam pensando em postergar em uma semana a consulta pública, então ganhariam um tempinho e disse acreditar que até antes do Carnaval conseguiria enviar o documento para os Conselheiros validarem, verem o que foi incorporado das contribuições antes de abrir a consulta pública. O Presidente pediu que fosse enviado por e-mail e que os Conselheiros informassem se houve equívocos e correções e disse que era tranquilo realizar a atividade. Disse que a pauta da reunião foi preparada pensando no momento da apresentação do PMC, mas como não aconteceu, perguntou se alguém gostaria de sugerir um ponto de pauta a ser discutido. Eduardo Matos referiu-se à consulta pública para o PMC e propôs que os Conselheiros representantes de setores e territórios realizassem atividades e reuniões para mobilizar o seu setor e sua comunidade independente de se ter a agenda comum das Prefeituras-Bairros. Informou que estava articulando com artistas circenses e artistas de rua, grupo que ele representa, e disse que já conversou com pessoas que são “cabeças” da área do circo, teatro de rua, poesia de rua e performances, buscando realizar duas reuniões. Mencionou que a ideia era utilizar telão para que as pessoas conheçam, e que iria divulgar a todos quando abrisse a consulta pública. Declarou que chegou a conversar com algumas pessoas no tempo em que a consulta pública era restrita aos Conselheiros, com o objetivo de mostrar que haveria um processo de consulta e que eles poderiam participar, com o objetivo de se ter uma consulta qualificada porque é o setor que vai se reunir. Disse que irão fazer a leitura e eles vão poder contribuir nesses espaços, ou, caso o local tenha internet, poderão abrir o sistema e já vão colocando as contribuições ali para que se tenha uma grande participação, o que é importante para referendar o Plano. Perguntou como é que se faz o primeiro Plano de Cultura da cidade de Salvador e não se conseguia pelo menos a participação dos setores e territórios representados no Conselho. Disse que estava reforçando o que já havia sido colocado na reunião e informou que já estava começando o processo dele e disse que são reuniões simples que devem ser feitas com os “cabeças” do setor ou território. Declarou que, quando há rixas entre os líderes, vai até a pessoa conversar e mostrar o processo e informou que a primeira reunião será na Casa do Teatro de Rua no Pelourinho, e que ele pretendia convocar a consultora Kátia Borges e alguém da FGM para fazer uma abertura e depois deixar o movimento com eles. Ressaltou que aquele era o trabalho deles e principalmente de quem entrou na Comissão. Disse que estava esperando esse momento para que não fosse

uma coisa da cabeça dele, mas do setor. Disse que as pessoas podem discordar dele e da sua posição em relação à proposta que está no Plano, mas elas vão ter as informações de como elas vão colocar a proposta delas lá, assim, quanto mais participação o setor tiver, melhor. O Presidente considerou bacana a iniciativa de Eduardo Matos. Eliaide Cardoso disse que achava pertinente providenciar um crachá e destacou que naquele momento Salvador estava tendo muitas inaugurações de praças e muitas pessoas vão para esses eventos e nesses momentos os Conselheiros vão distribuir o papel com quem está ali, aproveitando a própria Prefeitura trabalhando. Perguntou como os Conselheiros vão se identificar e disse que ela teria que abrir a bolsa e o papel para mostrar. Declarou que sem o crachá ela não faria a divulgação considerou uma “economia de palito” porque haveria a economia de pagar as pessoas que cobram no mínimo cinquenta reais para distribuir o material na rua, pois esse serviço seria feito pelos Conselheiros. Disse que eles iriam se expor depois do Carnaval, com muita revolta da população, depois das chuvas na cidade, depois de alagamentos em vários bairros, e eles iriam ouvir muitas situações na rua. Declarou que teriam que ter pelo menos um crachá para que na hora sejam pelo menos socorridos. Pediu desculpas pela franqueza, mas disse que isso era o que aconteceria. Informou que muita gente praticamente a “coloca na parede” perguntando sobre o Carnaval e disse que muitos músicos estão passando necessidade, sendo que os músicos emergentes estão ganhando cem reais para tocar durante três horas, sem contar com as perseguições, pois levam o som de muitos músicos nos bares porque os bares não tem dinheiro para pagar as taxas e não têm tratamento acústico. Disse que isso tudo vai gerando revolta e vai se acumulando, portanto, se o Conselheiro se apresenta, tudo isso “cai em cima” deles. Reforçou que os Conselheiros necessitam de uma identificação. Jadson Nascimento perguntou o quantitativo de material de divulgação impresso que seria distribuído, em seguida se referiu ao Prêmio Samba Junino, retomou a fala de Viviane Ramos sobre uma baixa no número de inscritos e perguntou se ela tinha os dados em números para informar. Em relação ao crachá, disse que a Assessora da FGM ficou de dar uma resposta e que eles estavam magoados, mas ele estava esperando ela esclarecer. Viviane Ramos respondeu que a FGM solicitou à SECOM a impressão de duzentos cartazes, mil folders e mil panfletos. Disse que poderia solicitar mais, mas a priori foi solicitada essa quantidade. Lembrou que o quantitativo de material já foi apresentado ao Conselho juntamente com as estratégias de comunicação, pela Assessora de Comunicação da FGM, Patrícia Lins. Disse que estava prevista a produção de banner, mas ela não sabia se seria possível ou se teriam que produzir mais. Depois, Viviane Ramos informou que até o dia anterior àquela reunião havia nove projetos inscritos no Prêmio Samba Junino e a FGM decidiu prorrogar e continuar divulgando e mobilizando. Ressaltou que a contabilidade dos prazos é feita baseada em dias úteis e disse que esse edital é diferente dos outros porque precisa selecionar tudo até maio, sendo que o certame foi aberto logo no início do ano, em janeiro, e os projetos são inscritos e habilitados ao mesmo tempo, não tendo o processo de habilitação e de recursos para habilitação justamente por conta dos prazos de seleção e aprovação, que precisam durar até maio para não incorrer em nenhum atraso para a disponibilização dos recursos, visto que a execução precisa ser em junho. A Assessora da FGM informou que fez uma consulta à Secretaria Municipal de Gestão (SEMGE) e foi identificado que o Conselho Municipal de

Saúde utiliza crachá por conta do poder de fiscalização que eles exercem e pode ser feita em postos e unidades de saúde. Disse que poderiam pensar em outra forma de identificação dos Conselheiros e disse que estava aberta para receber sugestões. Declarou que os funcionários da FGM não utilizam crachás e não sabia a questão orçamentária para fazê-los, mas disse que poderiam pensar em uma identificação para os Conselheiros naquele momento do Plano para que possam atuar nas comunidades, assim como estava pensando Eduardo Matos. Sugeriu fazer um crachá com a marca do PMC, informando o site e período de consulta para que eles se identifiquem no momento em que eles vão estar mais à frente da sociedade civil e declarou aceitar sugestões para a identificação dos Conselheiros nesses períodos. Paulo Hermida perguntou por que adiar o prazo do Prêmio Samba Junino, se a Prefeitura divulgou adequadamente, deu a oportunidade, portanto se só se inscreveram nove projetos, não tinha porque prorrogar. Viviane Ramos respondeu que no ano passado foram entregues seis prêmios entre dezenove inscritos habilitados. Declarou que é complicado e disse que a decisão foi feita pelo setor técnico e relatou que a FGM promoveu uma oficina da qual participaram vinte e duas pessoas, e o órgão gestor de Cultura entende que os interessados possam ter enfrentado alguma dificuldade, até porque recebeu algumas ligações no último dia das inscrições, assim o setor técnico decidiu prorrogar para ter uma seleção mais qualificada, com mais propostas, e observou que acontece de ter propostas duplicadas e a pessoa pode escrever de novo com mais tempo, enriquecer o projeto de alguma forma ou modificar alguma coisa de orçamento. Completou que a decisão técnica entendeu que enriquece mais a avaliação tendo um quantitativo maior de projetos que possam ser analisados. Jadson Nascimento chamou atenção para a possibilidade de prejudicar as pessoas que se inscreveram em tempo hábil, se programaram desde o dia 3 de janeiro, prepararam-se, foram para a oficina. Disse entender a parte técnica, mas a decisão poderia causar prejuízo a alguém que fez tudo certinho. Paulo Hermida disse que quem entregasse o projeto a partir daquele dia teria mais tempo do que quem inscreveu dentro do prazo e isso abria um precedente ruim para a Prefeitura porque se houvesse uma falha da Administração Municipal, a exemplo de uma divulgação inadequada ou em cima da hora, a Prefeitura teria que assumir a responsabilidade e prorrogar o prazo. No entanto, se a avaliação é de que não houve isso e as pessoas não se inscreveram, ele achava que deveria manter o prazo. Elias Pereira reforçou a importância de os Conselheiros terem uma credencial não só para o aspecto da divulgação do Plano, mas os Conselheiros precisam da credencial, até porque às vezes tem situações em que é preciso se identificar, e ele entendia que não custa tanto para se ter uma credencial que se condigna do Conselheiro e do papel que ele exerce de importância e relevância no processo todo. Perguntou se estava havendo preocupação com a divulgação nas rádios, além das redes sociais, em relação à questão do Plano e declarou que tinha um espaço na região de Brotas, além do local específico que já foi sinalizado, para que pudessem fazer uma reunião com a comunidade evangélica e não evangélica e disse que precisavam de uma pessoa que possa estar na comunidade para explicar os detalhes do Plano. Mariângela Nogueira perguntou se era esperado que os Conselheiros fizessem o trabalho de panfletagem. Viviane Ramos respondeu que a FGM pensou em entregar aos Conselheiros que tenham interesse e disponibilidade um quantitativo de

material para se promover encontros e possam distribuir por onde estiverem, afinal de contas isso faz parte da mobilização. Afirmou que seriam panfletos e folders explicativos sobre o Plano. O Presidente disse que os Conselheiros já estavam enfrentando a construção do Plano já havia um bom tempo e a cidade é imensa, sendo que muitos grupos culturais às vezes não têm acesso às informações. Disse que ali havia Conselheiros de territórios que são grandes e citou a fala de Washington Lopes sobre o território da Barra/Pituba, portanto seria interessante se alguém pudesse contribuir de alguma forma, mas salientou que ninguém tinha obrigação de distribuir, cada um pegava o material se quisesse e a responsabilidade era de cada um com o que estava ali, pois independente de o Plano ser da Prefeitura, era do Conselho Também, o plano de Cultura da cidade. Ressaltou que eles eram Conselheiros eleitos pela população da cidade, têm um papel de atuação e deixou claro a quem não estava nas outras reuniões em que foi apresentado o plano de comunicação de que ninguém tinha obrigação de ir para a rua, ficar em sol quente, em sinaleira, em inauguração de praça distribuindo panfleto e o que foi pedido foi que as pessoas distribuíssem o material nos grupos, entre os capoeiristas, grupos de teatro, dança, sendo que o Conselheiro deverá fazer essa visita de forma espontânea e livre, se ele quiser. Mencionou a iniciativa de Eduardo Matos que enquanto Conselheiro estava mobilizando o setor dele, disse que a fala dele o contemplou profundamente e que há muito tempo queria ouvir isso de um Conselheiro, pois o Plano pertence a ele e à cidade, portanto esse era o papel de cada um que estava na reunião. Afirmou que os Conselheiros tinham que deixar de achar que a Prefeitura tem obrigação de tudo, mas o que ela tinha obrigação os Conselheiros iriam cobrar. Citou a demanda do crachá, que havia um bom tempo estava sendo reivindicado, e que havia sido feita uma investigação pelo Conselheiro Walter Oliveira, representante do Poder Público, que gentilmente procurou se informar e levou a informação correta. Defendeu que os Conselheiros tinham que abraçar o plano porque é deles, mas reforçou que ninguém disse que alguém é obrigado a ir para a rua ou fazer panfletagem porque o Conselho mandou, cada um se propõe a contribuir da forma que acha que deve. A consultora Kátia Costa disse que queria esclarecer sobre a questão da mobilização e considerou as falas e as iniciativas muito boas. Apontou para duas questões, que são “como mobilizar?” e “a quem eu vou mobilizar para o Plano?”. Sugeriu que o Conselho criasse no grupo do WhatsApp um diálogo sobre que estratégias os Conselheiros estão pensando em realizar nesse momento para contribuir com a mobilização e disse que é bom responder essa pergunta porque um Conselheiro pode estar pensando em uma coisa que o colega não está e as próprias sugestões entre eles podem se complementar. Mencionou que a FGM apresentou um quantitativo de material e disse que a primeira pergunta que ela fez quando começou a consultoria com a FGM foi qual era a capacidade de comunicação que a FGM tem porque ela iria trabalhar em cima dessa comissão. Defendeu que se só se pode trabalhar com mil panfletos, eles não podem ser distribuídos na praça, mas os Conselheiros podem mapear os locais que eles consideram estratégicos dentro do território e toda vez que saíssem, colocassem um pouquinho de panfletos na bolsa para distribuir nesses lugares, declarou que era preciso saber trabalhar com o pouco que se tinha porque nem sempre se tem o essencial e esse processo não é diferente de nenhum outro. Elogiou a iniciativa de Eduardo Matos e disse que se algum dos Conselheiros quisessem alguma

contribuição da consultoria, ela terá o maior prazer de contribuir sempre que puder e pediu que comunicassem com antecedência por questão de agenda. Declarou que estão desenvolvendo e amadurecendo o que se pretende com o trabalho da monitoria, mas os próprios Conselheiros podem fazer exatamente o que foi dito na reunião, reunir pessoas dos territórios durante os cinco dias da monitoria, como fazedores culturais e artistas que não têm domínio com plataforma digital, o que é comum e não é vergonha para ninguém levá-los ao monitor, que os ajudará. Disse que era um trabalho de “formiguinha” e mencionou uma fala de Isabela Silveira, que disse que dá aula na UFBA e estava pensando em como colocar o Plano de Cultura em discussão com os alunos e perguntou quantos Conselheiros eram professores de universidades públicas, considerou que são debates qualificados, o que é muito importante. Declarou que ninguém está preocupado com a crítica e que, considerando toda a conjuntura em que estão vivendo, não podem perder de vista que fazer o Plano de Cultura de Salvador é mais do que uma ousadia e disse que estava tendo experiência com outros lugares e sabe o quanto o desafio é importante. Disse que a crítica ao Plano é muito bem-vinda, mas tem que vir associada à proposição numa relação construtivista, não pode vir numa questão da crítica pela crítica. Mencionou que participou da reunião ordinária de janeiro e disse que existem questões, gargalos e situações da cidade que dialogam diretamente com o PMC e os Conselheiros ainda não estavam se dando conta, mas isso é uma relação em que é preciso ter um diálogo muito grande entre o CMPC e o Poder Público para poder amadurecer questões sensíveis à gestão pública. Ressaltou que não será o primeiro Plano de Cultura que vai resolver isso, mas se tiverem uma linha bem objetiva de que se tem que ter uma análise crítica, fazer o debate, mas tem-se que ser propositivo até porque o Plano de Cultura para Salvador é muito importante no momento atual e para os próximos anos, ele não vai dar conta de tudo, mas vai dar conta daquilo que for possível ser feito. Disse que poderiam construir juntos as pequenas estratégias e caminhar trazendo quem podem trazer para o processo porque tem gente que não vai querer participar do processo e não será possível forçá-las, mas propôs que abraçassem, acolhessem e informassem quem estava participando, pois esse era o papel deles. Declarou que não estava falando como consultora, mas como cidadã. Paulo Hermida explicou que a questão dos crachás não era exatamente uma questão de custos, mas mencionou que aconteceu um problema no Carnaval do ano passado, em que conselheiros do Conselho de Turismo utilizaram indevidamente crachás para subir em trios, em função disso a SEMGE resolveu tomar medidas restritivas na distribuição de crachás para todos, a exceção da área de saúde, pela necessidade de fiscalizar as unidades de saúde utilizando a identificação. Perguntou à Conselheira representante da SMED, Joelice Braga, como ocorre na área da Educação, ela respondeu que também não utilizam. Paulo Hermida então ratificou que os crachás são fornecidos apenas aos conselheiros de Saúde pela necessidade do acesso aos equipamentos de saúde. O Presidente defendeu que independente do crachá todos se colocaram como Conselheiros, pediram votos às pessoas que faziam parte dos setores, foram eleitos e tiveram que cumprir o seu papel portanto se aceitaram estar nessa posição é porque sabiam do que iriam enfrentar e não seria um crachá que iria impedir que eles construíssem uma coisa tão magnífica, que é o Plano, salientou que o documento vai enfrentar diversas dificuldades de execução e colocá-lo em prática, mas os Conselheiros têm que

batalhar por isso. Afirmou que nesse período vai haver uma efervescência cultural na cidade, diversos problemas enfrentados nos territórios levados ao Conselho, fora os outros que não chegam ao órgão colegiado, mas existem, insatisfações de músicos, da classe artística, mas era necessário procurar um mecanismo que os ajudem a amenizar essas coisas e não deixar sempre para o dia e o mês em que as coisas acontecem, quando tentam solucionar os problemas. Ressaltou que o Plano pode ser uma grande ferramenta para os Conselheiros começarem a entender e encontrar a chave mestra para solucionar isso e provocar a Prefeitura. Declarou que não se tratava apenas dos Conselheiros representantes da Sociedade Civil, mas os Conselheiros do Poder Público também precisam se mobilizar, nem que eles pensem em fazer uma oficina itinerante dentro de alguns setores para que os funcionários também apresentem instruções. Deu um exemplo dizendo que não estão no Conselho todos os funcionários da SALTUR e da SECULT, que são órgãos que trabalham diretamente com a Cultura e perguntou se essas pessoas estão sabendo sobre o processo de construção do Plano e se elas vão saber contribuir corretamente. Citou também a SEMGE com a parte da administração, sendo que o CMPC só conta com o Conselheiro Walter Pinto, que é uma pessoa que sempre abraça as demandas do CMPC e perguntou como ele poderá multiplicar no órgão, assim como a área de Educação, e ratificou que era preciso pensar em receber contribuições desses setores já pensando na estratégia de articulação do Conselho com outros setores, sendo que o Plano pode ser uma via em que se pode provocar isso, colocou-se à disposição para contribuir com a iniciativa de Eduardo Matos e de qualquer outro Conselheiro. Afirmou que era preciso que cada Conselheiro assumisse o seu papel e disse que não pode fazer o papel de ninguém. Paulo Hermida disse que lembrou de algo interessante e sugeriu que fosse utilizada a capilaridade da rede da Educação para fazer a divulgação do Plano, colocar os cartazes e distribuir os panfletos nas escolas públicas, considerou que é uma rede muito interessante para fazer o processo de divulgação pela capilaridade e inserção que tem na cidade. Propôs que colocassem uma parte importante do material com o pessoal da Secretaria de Educação e disse ter certeza que eles teriam a maior boa vontade para distribuir e colocar à disposição o material da divulgação. O Presidente mencionou que no Subúrbio existem diversas escolas que fazem um trabalho com os grupos culturais da região, que vão para dentro das escolas, fazem oficinas com as crianças e podem ajudar a conhecer essas pessoas que estão lá e muitas vezes os Conselheiros que moram nos territórios não conhecem, não têm acesso e a escola, por estar mais próxima da comunidade, ligada aos pais, podem trazer esses mestres para próximo dos Conselheiros para poderem multiplicar o que está sendo construído. Salientou que essas articulações é que vão facilitar que o Plano ganhe a cidade e todo mundo entenda que é de todos. Declarou que as críticas têm que aparecer mesmo, o documento tem que ser criticado porque é assim que ele vai ser construído e quando o documento chegar na mão do Prefeito e da Câmara de Vereadores, ele vai dizer que todo mundo contribuiu, foi uma construção de todos, então a cidade abraça, os funcionários da Prefeitura abraçaram, a Sociedade Civil está abraçando. Perguntou por que não abraçar e mudar o formato que se tem hoje na cidade e precisa ser mudado e disse que os Conselheiros têm que começar a pensar nisso aí. Eduardo Matos posicionou-se em relação à questão do crachá e disse que isso pouco importa

para ele e é a favor de que ninguém tenha porque a representatividade do Conselheiro se dá pela atuação dele no seu setor ou no seu território. Defendeu que se o Conselheiro é atuante ele é reconhecido pelo trabalho e independe de qualquer documento. Afirmou que se o Conselheiro estivesse nu, as pessoas iriam dizer “aquele ou aquela ali é retado(a) pela Cultura, pela Educação”. Considerou boa a posição da Prefeitura, já que houve problema de “crachazada”, tirar os crachás porque podem servir para isso. Disse que não estava dizendo que isso iria acontecer no CMPC, mas já se tinha um exemplo dado, então era uma realidade, uma possibilidade que realmente existe. Afirmou que existe um documento que tira qualquer dúvida, que é o Diário Oficial do Município, onde está o nome dos Conselheiros, além do site do CMPC, que pode ser divulgado a qualquer pessoa. Declarou que andava com a xerox do Diário Oficial no bolso e se ele for participar de uma reunião, fica fácil de tirar, até para mostrar se alguém tiver alguma dúvida e quiser questionar, mas ele disse que duvidava muito de alguém questionar a representatividade de um Conselheiro, se ele tiver atuação no setor. Ressaltou a missão dos Conselheiros de mobilizar para ter uma grande participação na feitura do Plano Municipal de Cultura, que é mais um passo na materialidade do Sistema Municipal de Cultura. Considerou uma pequena tarefa, mas não é a resolução de todos os problemas da Cultura, no entanto os Conselheiros estão dando uma pequena contribuição, um passo para que outras gerações avancem e se tenha futuramente um sistema realmente eficaz em funcionamento para executar a política participativa de Cultura do Município. Disse que iria marcar uma reunião e convocar os Conselheiros do setor, mas iria divulgar, fazer um card próprio, vai para a imprensa divulgar, vai dar entrevista, pode escrever um artigo para o Jornal A Tarde ou para qualquer blog, pode ir em um programa da rádio de Mário Kertesz no dia em que Fernando Guerreiro estiver. Declarou que este é o papel do Conselheiro e dessa forma vai mostrando a sua atuação, tendo representatividade e sendo reconhecido, independente de crachá, contribuindo cada vez mais com a divulgação. Afirmou que os panfletos devem existir mesmo, distribui quem quiser, não é obrigado, mas a Prefeitura e a FGM têm que ter uma estratégia de distribuição desses panfletos, usar sua rede e seu mailing para divulgar, Fernando Guerreiro tem que divulgar em um monte de rádios e dar entrevistas em blogs e no que for possível, além disso os Conselheiros devem dar entrevistas para falar da agenda que estava sendo proposta para a consulta pública. Disse que agora que é o trabalho realmente de colocar o Plano na rua para que as pessoas participem realmente para que se tenha um Plano participativo. Reconheceu que já foi feita uma boa parte do trabalho junto com a consultoria competente. Disse que o Plano é um passo importante porque vai virar um documento que vai para a Câmara Municipal e ressaltou que ainda tem o processo de mobilizar para pressionar a Câmara, visitar os Vereadores para que seja aprovado e quanto mais rápido os Conselheiros puderem aprovar na atual gestão, eles vão entrar na história da cidade de Salvador, isso é importante e para tanto não precisa de crachá. Se for pegar o livro da história da Cultura, escrito por alguém decente, vai passar pela construção do Conselho Municipal e eles já estão lá. Defendeu que isso é que é importante, estar atuando e é assim que se faz a história. Kátia Costa disse que os Conselheiros já podem entrar no site do projeto dos planos municipais de Cultura, no endereço www.planosmunicipaisdecultura.ufba.br onde eles vão

encontrar vários vídeos que podem circular na rede deles; além disso, existe um documentário que foi feito em 2014, intitulado “Plano Municipal de Cultura, uma construção compartilhada”. A consultora informou que é um documentário pequeno e qualquer pessoa vai entender o que é o Plano Municipal de Cultura a partir dele. Disse que esse são dois instrumentos que os Conselheiros podem fazer uso tranquilamente para divulgar nas redes deles. O Presidente perguntou se mais alguém tinha alguma demanda sobre o Plano, ninguém se manifestou. Alertou aos Conselheiros que seguissem nos seus compromissos e que em março, após o período de Carnaval, a meta do Conselho seria o Plano Municipal de Cultura e era preciso que se começasse a construir isso de fato. Declarou que “o bolo já está no forno” e os Conselheiros têm que cuidar desse “bolo” para ele não “solar”. Pediu que os Conselheiros se programassem, voltassem com bastante energia, descansassem e se pulassem Carnaval que se recuperassem e que passassem por cima dos problemas pequenos. Mencionou que o CMPC tem Conselheiros representantes do Poder Público que são altamente participativos e colaboradores nesse processo e são pessoas que estão entendendo as dificuldades e vão estar “remando” com eles nesse processo. Pediu que entendessem que naquele momento não era mais Sociedade Civil e Poder Público, mas sim o Conselho Municipal de Políticas Culturais de Salvador que está apresentando à cidade o seu Plano. Pediu que aprendessem a estreitar isso e construir coletivamente. Agradeceu a presença de todos e Viviane Ramos informou que a próxima reunião ordinária seria no dia 26 de março. Sem mais da pauta a ser discutida, lavrou-se a presente Ata, que será assinada por mim e pelos demais membros presentes do Conselho Municipal de Política Cultural de Salvador, com mandato entre dezembro de 2017 e dezembro de 2019.

Salvador, 26 de março de 2019.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____

7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____

27. _____
28. _____
29. _____
30. _____
31. _____
32. _____
33. _____
34. _____
35. _____
36. _____
37. _____
38. _____
39. _____
40. _____